

Planejamento dobra restrições do BC

Arquivo

■ Queda no desempenho da economia foi decisiva para alteração de rumo

BRASÍLIA — Depois de meses de debate acirrado dentro do governo, a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento conseguiram finalmente vencer as resistências do ministro Pedro Malan e da diretoria do Banco Central (BC) e reduzir o arrocho no consumo. As medidas vinham sendo propostas desde setembro, quando houve deflação (inflação negativa) e o governo já havia conseguido recompor as reservas cambiais e superado a crise cambial do início do ano.

Três argumentos básicos foram usados em favor da liberação feita ontem: as medidas adotadas agora terão um impacto pequeno nas compras de Natal, evitando assim o perigo de descontrole da inflação



no fim do ano; a taxa de crescimento da economia caiu além do desejado, despencando de uma projeção para este ano de 5% para algo em torno de 3% a 4%; e o nível de desemprego, pela primeira vez este ano, anulou as contratações feitas nos primeiros meses do Real. O crescimento da indústria em 95 ficará próximo a 1%, uma queda brutal em relação a 94 e às expectativas do início do ano, quando crescia a uma taxa de 10%.

Apesar disso, o BC vinha sendo, segundo técnicos da Fazenda, "muito conservador" ao insistir na política de juros altos e arrocho no crédito. Com o fim do depósito compulsório os bancos poderão reduzir os juros dos financiamentos.

Hoje, as taxas estão em torno de 8% a 10% ao mês, para uma inflação de apenas 2%. A redução dos juros aliviará também a situação de inadimplência que tem abalado a saúde de alguns bancos.